

**Secretaria Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional**

alimentação saudável nas escolas



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

alimentação saudável nas escolas

Crianças passam pelo **menos 1/3 do dia**

Idade em que os comportamentos são fortemente influenciados pelo meio

Espaço de formação, potencialização de hábitos e práticas alimentares saudáveis e de proteção das crianças e adolescentes

Escolas como ambientes promotores de uma alimentação adequada e saudável

Os ambientes e a influência na **formação de hábitos alimentares saudáveis** e contribuem para a **prevenção** de todas as formas de **má nutrição, obesidade e outras doenças crônicas** relacionadas à alimentação inadequada

*A adoção de políticas para tornar o ambiente escolar promotor da alimentação adequada e saudável é **uma das medidas mais efetivas** e recomendadas para melhorar a alimentação e nutrição da população, **incluindo a prevenção da obesidade infantil!***

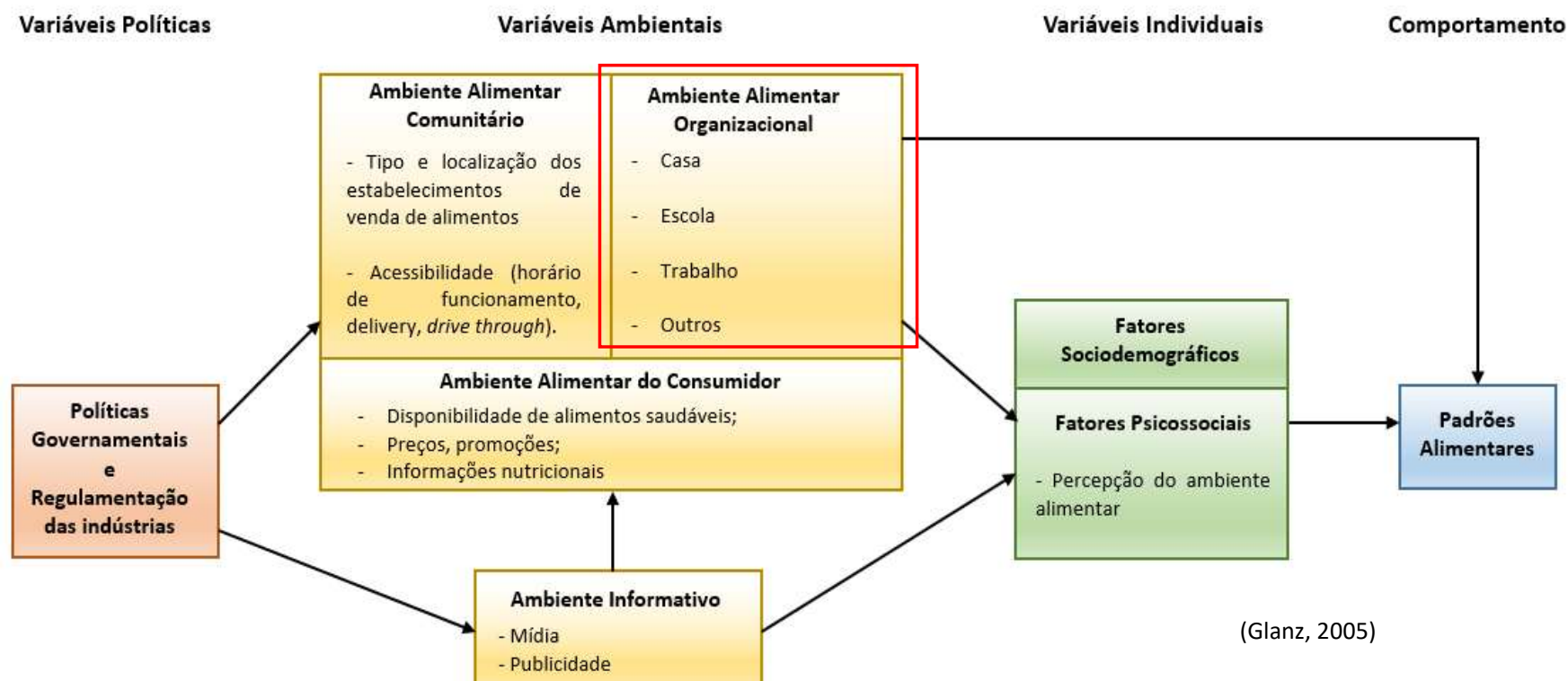
Programa Nacional de Alimentação Escolar - proteção

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Definição: ambiente físico, econômico, político e sociocultural coletivo, com oportunidades e condições que influenciam as escolhas alimentares das pessoas e o estado nutricional.



(Glanz, 2005)



(Glanz, 2005)

**alimentação
saudável
nas escolas**

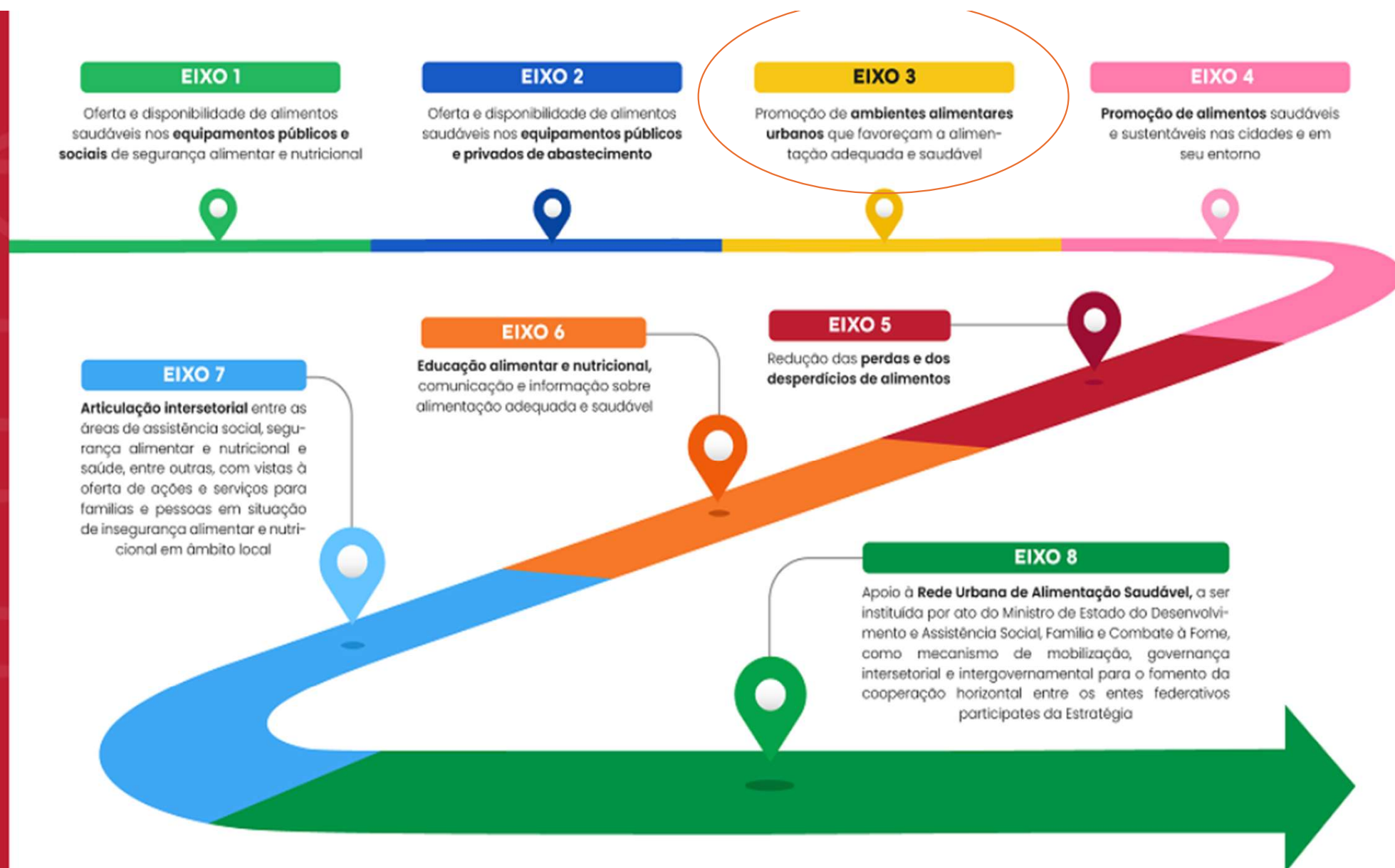
Estratégia Alimenta Cidades



Objetivo: Ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizados os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social.



EIXOS: ALIMENTA CIDADES



alimentação saudável nas escolas

Rocha et al. BMC Public Health (2023) 23:2166
<https://doi.org/10.1186/s12889-023-17111-7>

BMC Public Health

RESEARCH

Open Access

Do Brazilian regulatory measures promote sustainable and healthy eating food environment?



Estudo que avaliou as leis implementadas até 2021 identificou que quase a totalidade dos atos normativos não estava alinhado com o Guia Alimentar para a População Brasileira e apenas 14% cumpriram a função de promover uma alimentação sustentável e saudável, de acordo com o instrumento de avaliação das leis desenvolvido neste estudo.

Para apoiar os estados e as cidades na transformação de ambientes alimentares mais saudáveis ...



**alimentação
saudável
nas escolas**

Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023 – MDS, MEC e MS



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 11.821, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 37, § 2º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016,



gov.br Presidência da República Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar

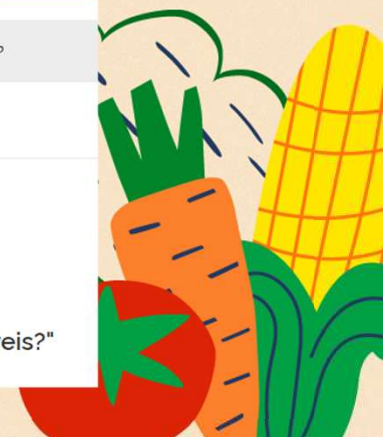
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

> Ações e Programas > Alimentação Saudável > Ambiente Escolar

Ambiente escolar

Ambientes escolares devem ser espaços promotores de alimentação adequada e saudável.

"Por que medidas de proteção são importantes para promover ambientes escolares saudáveis?"



Inovações

Traz o conceito de alimentação adequada e saudável

Traz pela primeira vez orientações sobre doação, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas

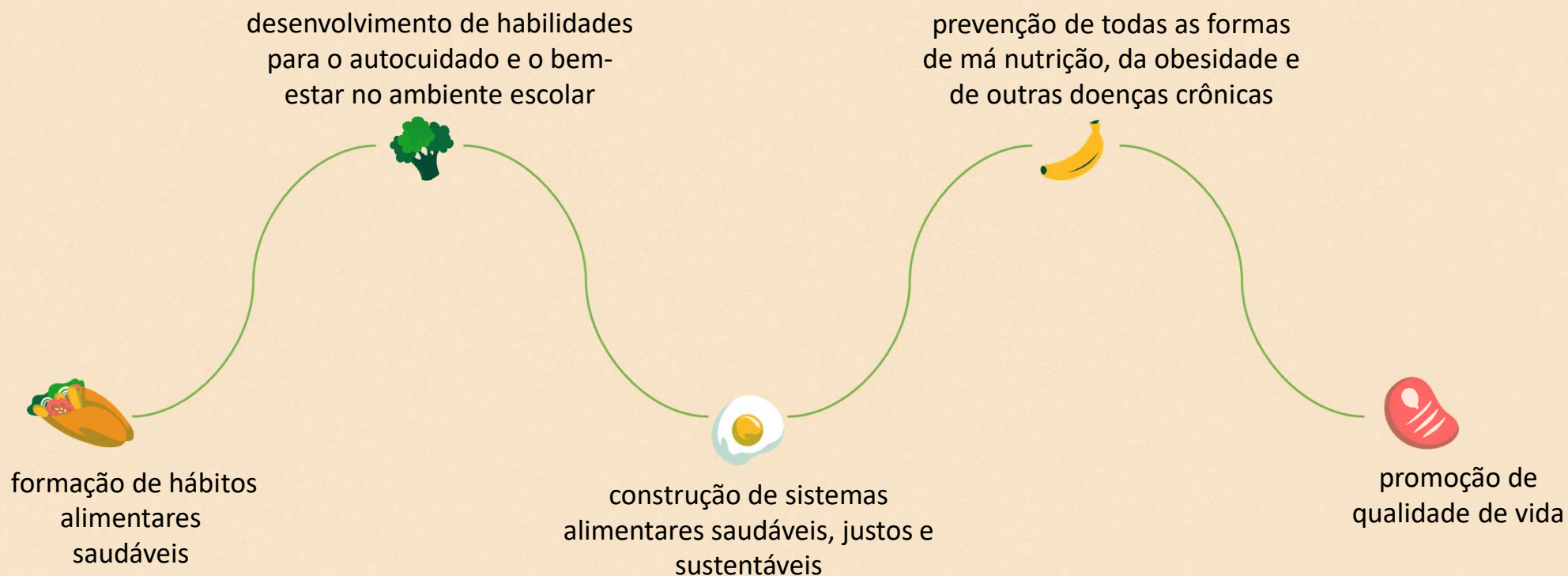
Incorpora as recomendações dos Guias Alimentares

Orienta proteção contra alimentos que contenham rotulagem nutricional frontal com alerta



Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023

São **OBJETIVOS** das ações de Promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar:



3 Eixos Estratégicos

Educação Alimentar e Nutricional

- No currículo escolar de forma transversal; nas ações de educação permanente para professores e colaboradores das escolas; nas atividades práticas com os estudantes - oficinas culinárias e implementação de hortas no ambiente escolar e ações destinadas à comunidade escolar ...

Doação e Comercialização de Alimentos e Bebidas

- Oferta de alimentos saudáveis e da sociobiodiversidade e proteção dos estudantes à exposição aos alimentos ultraprocessados e bebidas com altos teores de caloria, gordura saturada, gordura trans, açúcar adicionado e sódio, ou com adição de edulcorantes.

Comunicação Mercadológica de Alimentos e Bebidas

- **Proteção** contra qualquer atividade de comunicação comercial que envolva alimentos ultraprocessados por meio de publicidade e/ou patrocínio de atividades culturais e esportivas, incluídas aquelas realizadas no espaço físico da escola e em atividades extracurriculares.



Projeto Hortas Pedagógicas

- O Projeto Hortas Pedagógica é uma iniciativa que busca integrar o conhecimento científico ao cotidiano da população brasileira.
- O projeto foi desenvolvido pelo MDS em parceria com a Embrapa, e contou com o apoio do FNDE.
- Para promover a qualificação de pessoas que querem implantar hortas em escolas, foi elaborado o **Curso EaD “Gestão de Hortas Pedagógicas”**, com o objetivo de capacitar gestores para implementarem o Projeto Hortas Pedagógicas em escolas públicas ou privadas em todo o país.
- O curso é gratuito e com carga horária de 30 horas.



Apoio aos estados e as 60 cidades nas suas legislações locais ...

TED UFMG e MDS – parceria IDEC, UERJ, FNDE e UNICEF

METAS:

1. Implementação do Decreto nº 11.821 em todas as 27 UF e os 60 municípios da Estratégia Alimenta Cidades (apoiadores locais).
2. Monitoramento e Avaliação dos dispositivos legais e estudo de implementação e efetividade
3. Realizar ações de Mobilização e Comunicação (trocas de experiências, comunicação e mobilização nas redes sociais).

Diagnóstico:

- Estados: 23 tem regulamentações (escore de avaliação - 5,0). Apenas 11% dos atos normativos estaduais (entre 8 e 12 pontos)*.
- Cidades: 26 tem regulamentações (escore de avaliação – 5,0). Apenas 10%, obtiveram escore entre 8 e 12 pontos*.

*Cumpriram a função de promover uma alimentação sustentável e saudável, de acordo com o instrumento de avaliação de Lara et al. (2023)



alimentação saudável nas escolas

Precisa de informação??

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

gov.br Presidência da República Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade [Entrar com o gov.br](#)

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

O que você procura?

Acesso à Informação	>	Bolsa Família	Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades
Ações e Programas	>	Cadastro Único	Ambiente Escolar
Canais de Atendimento	>	Operação Acolhida	Alimentação Saudável nas Juventudes
Composição	>	Suas	
Notícias e Conteúdo	>	Inclusão Produtiva Rural	
Serviços	>	Inclusão Produtiva Urbana	
Órgãos	>	Cozinhas Solidárias	
	>	Brasil Sem Fome	
gov.br	>	Alimentação Saudável	
	>	Carta de Serviços	
	>	Governança	
	>	Resultado e Impacto	
	>	Fundo de Amparo ao Trabalhador	

gov.br Presidência da República Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade [Entrar com o gov.br](#)

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

O que você procura?

[Ações e Programas](#) > [Alimentação Saudável](#) > [Ambiente Escolar](#)

Ambiente escolar

Ambientes escolares devem ser espaços promotores de alimentação adequada e saudável.

Por que medidas de proteção são importantes para promover ambientes escolares saudáveis?

O ambiente escolar é um dos locais mais propícios para a promoção de hábitos saudáveis, por se caracterizar como um espaço de formação e potencialização de hábitos e práticas, no qual as crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar para mais de 40 milhões de estudantes de escolas públicas alinhadas às diretrizes dos guias alimentares, cumprindo um importante papel na promoção da alimentação adequada e saudável. No entanto, sabemos que as cantinas escolares estavam disponíveis para a quase totalidade dos alunos de escolas privadas (96,2%) e para 27,9% dos alunos da rede pública (PeNSE, 2019) e nesses ambientes têm sido identificado um elevado percentual de venda e de publicidade de alimentos ultraprocessados, contribuindo para o maior consumo destes alimentos pelas crianças e adolescentes.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/alimentacao-saudavel/ambiente-escolar>

Materiais de apoio

- [Nota informativa](#) com orientações para gestores sobre a implementação do Decreto Presidencial com as Diretrizes para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no Ambiente Escolar;

- [Nota Técnica Ambiente escolar](#);

- [Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas](#); e

- Ciclo de webinários sobre alimentação saudável - 10 anos do Marco de Educação Alimentar e N

- [Ambientes Digitais e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável](#)
- [Alimentação adequada e saudável: do que estamos falando?](#)
- [Alimentação e Juventudes](#)
- [Habilidade e autonomia culinária como caminho para o fortalecimento da Promoção da Alin](#)
- [Como as estratégias de comunicação podem ser promotoras de uma alimentação adequad](#)

- O documento [Promovendo um Ambiente Escolar Saudável - Apoio à gestão local](#), publicado pelo IDEC e UNICEF, foi organizada para apoiar e subsidiar prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e estaduais, analistas das secretarias de saúde e de educação, profissionais da saúde, da educação e da assistência social e outros atores em nível local que possam atuar para promover uma alimentação escolar saudável;

- O IDEC reúne na [Coleção Escolas Saudáveis](#) uma série de estratégias e experiências práticas sobre o papel das escolas na formação de hábitos e comportamentos alimentares mais saudáveis para crianças, adolescentes e também para os educadores, famílias e comunidade escolar;

- Para auxiliar os municípios e estados a terem um ponto de partida, o Idec e alguns parceiros elaboraram uma proposta de um [Projeto de Lei \(PL\) Modelo](#). O PL Modelo é apenas um ponto de partida, e deve ser editado conforme os cenários municipais ou estaduais, respeitando a cultura e característica alimentar dos povos brasileiros e considerando as diretrizes estabelecidas no decreto presidencial;

- [Observatório de Publicidade de Alimentos](#);

- Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação - [Nota Técnica nº 2810740/2022](#) - ;

- Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - [Nota Técnica nº 2974175/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE](#) -;

- [NOTA TÉCNICA Nº 3228950/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE](#) - Identificação e Prevenção de Conflito de Interesses no PNAE;

- Vilela LV, Silva LEA; organização Instituto Desiderata, UFMG e GEPPAAS. [Guia prático para uma cantina saudável](#). Belo Horizonte: Instituto Desiderata, 2023.

alimentação saúdável nas escolas

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



ORIENTAÇÕES PARA GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO PRESIDENCIAL QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E AS DIRETRIZES QUE ORIENTAM AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR

Por que é importante a adoção de medidas regulatórias que visem promover ambientes escolares saudáveis?

O ambiente escolar é um dos locais mais propícios para a promoção de hábitos saudáveis, por se caracterizar como um espaço de formação e potencialização de hábitos e práticas, no qual as crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar para mais de 40 milhões de estudantes de escolas públicas alinhadas às diretrizes dos guias alimentares, cumprindo um importante papel na promoção da alimentação adequada e saudável. No entanto, sabemos que as cantinas escolares estavam disponíveis para a quase totalidade dos alunos de escolas privadas (96,2%) e para 27,9% dos alunos da rede pública (PeNSE, 2019) e nesses ambientes têm sido identificado um elevado percentual de venda e de publicidade de alimentos ultraprocessados, contribuindo para o maior consumo destes alimentos pelas crianças e adolescentes.

Cenário alimentar e nutricional preocupante (SISVAN, 2022):

- Crianças de 0 a 7 anos do Programa Bolsa Família: 971.160 (20,1%) estão com excesso de peso e 502.148 (10,4%) estão com obesidade

- Quase a totalidade de crianças de 5 a 9 anos e adolescentes apresentaram consumo de alimentos ultraprocessados no dia anterior

Assim, regular o ambiente escolar, por meio de atos normativos publicados em âmbito local, é fundamental, considerando que as escolas devem ser espaços promotores da saúde, qualidade de vida e de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, que influenciam na formação de hábitos alimentares saudáveis, além de contribuir para a prevenção de todas as formas de má nutrição, obesidade e outras doenças crônicas relacionadas à alimentação inadequada.

Informações disponíveis

Orientações para estados e municípios para implementação das recomendações do decreto presidencial

A elaboração de uma medida regulatória que promova um ambiente alimentar escolar saudável exige articulação entre diversos setores, principalmente segurança alimentar e nutricional, educação e saúde. Destaca-se que as Câmaras Intersectoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) são importantes espaços intersectoriais para promover essa discussão.

PASSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO LOCAL

- 1º passo - Ter clareza sobre o objetivo: é importante ter claro onde se deseja chegar ao começar um Projeto de Lei em nível local. Caso seu estado ou município já tenha uma lei, é importante revisar e atualizar a regulamentação incluindo todos os eixos estratégicos estabelecidos no decreto
- 2º passo - Identificar o contexto atual: é essencial analisar o contexto em nível local e realizar uma análise do estado ou município dentro da realidade em que se vai propor o Projeto de Lei. Por exemplo, é importante ter um diagnóstico sobre o estado nutricional das crianças e adolescentes, um levantamento de quantas escolas públicas e privadas existem no município e, se possível, ter uma análise do ambiente alimentar escolar, quais alimentos são ofertados e/ou comercializados nas escolas e nos entornos.
- 3º passo - Produção de conhecimento: é necessário um levantamento de informações técnicas relacionadas à saúde e nutrição das crianças e dos adolescentes, bem como conhecer a realidade das escolas. No caso de crianças e adolescentes acompanhados na Atenção Primária de Saúde, os dados do estado nutricional e consumo alimentar podem ser obtidos pelos relatórios públicos do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>). Os dados locais e as evidências científicas são importantes para que a sociedade e os demais atores envolvidos sejam capazes de trabalhar com qualidade, além de apoiar o andamento do projeto de lei. Em relação às evidências científicas, a Nota Técnica disponibilizada no site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, disponível neste [link](#), pode apoiar neste processo.
- 4º passo - Mapear os espaços de participação da sociedade civil: fazer contato com atores estratégicos e interlocutores ajuda de maneira mais eficiente as discussões e ações em torno do projeto de lei. É importante envolver os conselhos locais (como os de segurança alimentar e nutricional, escolar, de saúde, dos direitos da criança e do adolescente, dentre outros), associações de pais e mestres, os cantineiros e cantineiras, as entidades e associações de profissionais de saúde e todos os outros que possam contribuir com o tema.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

- 5º passo - Identificar quais os parceiros e como engajá-los: contactar gestores e técnicos de outras secretarias estaduais/municipais, ministério público ou outros potenciais parceiros, como os deputados estaduais/vereadores que dialogam com a pauta. Construir pactos, redes e coalizões, ainda que informais, ajuda a fortalecer o trabalho de articulação.
- 6º passo - Estrutura e posicionamento institucional: identificar os caminhos que devem ser percorridos para elaborar a proposta e fazer sua tramitação. O projeto de lei pode ser de iniciativa

do poder executivo ou do legislativo. O importante é que ambos estejam envolvidos e atuem conjuntamente para que a proposta esteja de acordo com a pauta e sua viabilidade de implementação. É importante ter tempo e paciência para compreender o funcionamento da burocracia estatal, além da formação de uma equipe interna comprometida, bem como são necessários mecanismos de transparência bem estabelecidos.

- 7º passo - Comunicação, sensibilização e mobilização: dialogar com a imprensa, produzir e publicar produtos de comunicação sobre a importância do ambiente escolar como promotor da alimentação adequada e saudável, de maneira objetiva e direta, visando estabelecer ou fortalecer novos pontos de vista sobre o tema e mobilizando o apoio popular para a implementação da regulamentação.
- 8º passo - Negociação: saber comunicar, saber ouvir, saber priorizar e saber ceder. Esse processo exige uma organização, planejamento, flexibilidade e abertura a cada etapa de trabalho.

Fonte: adaptado da publicação [Promovendo um Ambiente Escolar Saudável - Apoio à gestão local](#).



Patrícia Chaves Gentil

Departamento de Promoção da Alimentação
Adequada e Saudável - SESAN/MDS

patricia.gentil@mds.gov.br

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,**
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

